

Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.



----- CARTÓRIO NOTARIAL DE ARRONCHES -----

CERTIDÃO DE TEOR INTEGRAL DA ESCRITURA EXARADA DE FOLHAS VINTE E QUATRO A FOLHAS VINTE E CINCO VERSO NO LIVRO NÚMERO CENTO E SETENTA DE ESCRITURAS DIVERSAS, DESTE CARTÓRIO E RESPECTIVO DOCUMENTO COMPLEMENTAR: -----

----- CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO -----

--- No dia treze de Novembro de mil novecentos e oitenta e cinco, no Cartório Notarial de Arronches, perante mim, Maria Natércia Martins Costa, respectiva notária interina, compareceram como outorgantes: -----

--- António José Falé Canoa, casado, natural da freguesia e concelho de Monforte e habitualmente residente em Elvas, na Avenida da Piedade, nº36;

--- José Augusto Franco Carreiras, casado, natural e habitualmente residente na freguesia e concelho de Monforte; -----

--- António Joaquim Morais Medalhas, solteiro, maior, natural e habitualmente residente na freguesia e concelho de Monforte; -----

--- Joaquim António Martins Duarte, casado, natural e habitualmente residente na dita freguesia e concelho de Monforte; e -----

--- Silvestre João Parreiras Catapirra, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Aleixo, concelho de Monforte, e habitualmente residente na freguesia e concelho de Monforte. -----

--- Verifiquei a identidade dos outorgantes por me terem exibido os seus Bilhetes de Identidade números 0660689, 2458245, 5352151, 6962124 e 5562520, emitidos, respectivamente, em 4 de Janeiro de 1983, 2 de Novembro de 1978, 12 de Abril de 1984, 12 de Março de 1982 e 24 de Julho de 1981 pelo Centro de Identificação Civil e Criminal de Lisboa. -----

--- E por eles foi declarado: -----

--- Que, pela presente escritura, constituem uma associação que se há-de reger pelos estatutos constantes de um documento complementar organizado nos termos do número dois do artigo setenta e oito do Código do Notariado, que arquivo. -----

--- Assim o disseram e outorgaram. -----

--- Foi-me exibido um certificado de admissibilidade da denominação adoptada, emitido em 19 de Agosto do ano corrente pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas. -----

--- Esta escritura e o aludido documento complementar foram lidos aos outorgantes e aos mesmos feita a explicação, digo, mesmos explicado o seu conteúdo, em voz alta e na presença simultânea de todos eles. -----

(Assinaturas), António José Falé Canoa, José Augusto Franco Carreiras, António Joaquim Morais Medalhas, Joaquim António Martins Duarte e Silvestre João Parreiras Catapirra. -----

A Notária interina: (a), Maria Natércia Martins Costa. -----

Conta registada sob o nº 615. (a), N. Costa. -----

----- CÓPIA DO DOCUMENTO COMPLEMENTAR -----

--- DOCUMENTO COMPLEMENTAR ELABORADO NOS TERMOS DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO SETENTA E OITO DO CÓDIGO DO NOTARIADO, QUE CONSTITUI PARTE INTEGRANTE DA ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO, LAVRADA HOJE, com INÍCIO A FOLHAS VINTE E QUATRO DO RESPECTIVO LIVRO DE NOTAS PARA ESCRITURAS DIVERSAS NÚMERO CENTO E SETENTA, DESTE CARTÓRIO: -----

----- ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MONFORTE -----

----- CAPÍTULO I -----

----- Denominação, sede e fins -----

Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.



[Handwritten signature]

ARTIGO PRIMEIRO: - É fundada na vila e freguesia de Monforte uma Associação de character humanitário e de duração ilimitada, denominada ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MONFORTE. -----

ARTIGO SEGUNDO: - A Associação de Bombeiros Voluntários de Monforte com sede na freguesia e concelho de Monforte tem como objectivo específico desenvolver actividades culturais e todas aquelas relacionadas com a actividade de Bombeiros. -----

ARTIGO TERCEIRO: - Para a realização dos seus fins, a Associação pode: ---

- 1) Adquirir a propriedade de instalações, viaturas e materiais necessários;
- 2) Ajustar com quaisquer pessoas jurídicas, singulares ou colectivas, contratos, acordos ou convenções; -----
- 3) Manter contactos de ligação com grupos ou agrupamentos de carácter desportivo ou cultural; -----
- 4) Associar-se a outras instituições com fins semelhantes; -----
- 5) Contrair empréstimos junto de instituições de crédito quando absolutamente indispensáveis à concretização de interesses prementes da Associação

----- CAPÍTULO II -----

----- DOS SÓCIOS -----

----- SECÇÃO I -----

----- DA ADMISSÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS SÓCIOS

ARTIGO QUARTO: - Podem ser sócios da Associação todas as pessoas singulares e colectivas. -----

ARTIGO QUINTO: - A inscrição dos sócios é feita a pedido dos interessados, mediante proposta que assinarão e enviarão à direcção. -----

--- § único. As propostas referentes a pessoas colectivas serão assinadas

pelos seus legais representantes e as relativas a menores serão assinadas pelo pai ou mãe de cada um ou, na falta destes, por quem tiver a seu cargo o menor. -----

ARTIGO SEXTO: - As propostas serão submetidas a apreciação da direcção, que na sua primeira reunião se pronunciará sobre a admissão de novos sócios, apreciação esta que terá de ser efectuada no prazo máximo de quinze dias, a partir da entrega das propostas, findo o qual se presume que os pedidos foram aceites. -----

--- §1º- Na hipótese de rejeição das propostas, a direcção terá de se fundamentar invocando os motivos que levam à não aceitação dos novos sócios, a quem comunicará a rejeição da proposta e fundamentos. -----

--- § 2º- Os interessados podem reclamar, no prazo de oito dias após a comunicação que lhes for feita da rejeição da proposta, para o conselho fiscal, que, em reunião conjunta com a direcção e membros da mesa da assembleia geral, se pronunciará em definitivo sobre a admissão ou não dos sócios e dentro do prazo de trinta dias após a apresentação das reclamações pelos interessados. -----

ARTIGO SÉTIMO : - Os sócios dividem-se em: -----

--- a) Sócios efectivos; -----

--- b) Sócios auxiliares; -----

--- c) Sócios beneméritos; -----

--- d) Sócios honorários; -----

ARTIGO OITAVO: - Os sócios efectivos ficam sujeitos a pagamento da quota mensal mínima de cinquenta escudos, podendo elevar este montante a seu livre critério. -----

Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.



Fls.3



--- § único. Os novos sócios pagarão no acto de admissão uma jóia mínima de duzentos escudos. -----

ARTIGO NONO: - Os sócios auxiliares são aqueles que prestam serviços efectivos e de interesse para a Associação e cuja condição económica não lhes permite pagar quotas e jóia de admissão. -----

--- § único. As propostas para a admissão de sócios auxiliares terão de ser apresentadas pelo interessado, por um director e pelo comandante do corpo activo de bombeiros. -----

ARTIGO DÉCIMO: - Os sócios beneméritos são aqueles que pelos relevantes serviços prestados ou pelas dádivas feitas a favor da Associação mereçam tal distinção e mediante aprovação em assembleia geral. -----

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO: - Sócios honorários são aqueles que, ao longo do tempo, prestaram relevantes serviços e mostraram inteira dedicação à Associação e como tal sejam considerados por aprovação da assembleia geral. --

----- SECÇÃO II -----

----- DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS -----

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO: - Aos sócios efectivos é reconhecido direito a: ---

- 1) Tomar parte nas assembleias gerais e ali discutir todos os assuntos que digam respeito e interessem à Associação; -----
- 2) Votar e ser votado para qualquer cargo da Associação; -----
- 3) Livre ingresso na sede e instalações da Associação; -----
- 4) Tomar parte nas sessões de carácter cultural, desportivo e recreativo; -
- 5) Convocar as assembleias gerais extraordinárias, nos termos do número três do artigo vigésimo terceiro; -----
- 6) Examinar livros, contas e demais documentos, desde que o requeiram por

escrito e com antecedência mínima de quinze dias, à direcção; -----

7) Solicitar, mesmo verbalmente, certidão de qualquer acta, mediante o prévio pagamento da importância de cem escudos, que reverte para o cofre da Associação; -----

8) Fazer-se acompanhar de familiares menores que vivam em economia comum com o sócio e em todas as sessões referidas no número quatro. -----

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO: - Aos sócios honorários e beneméritos que não sejam sócios efectivos ou auxiliares são reconhecidos os direitos consignados nos números três, quatro e oito do artigo décimo segundo. -----

ARTIGO DÉCIMO QUARTO: - Aos sócios auxiliares são reconhecidos os direitos constantes nos números três, quatro, seis, sete e oito do artigo décimo segundo. -----

ARTIGO DÉCIMO QUINTO: - Nenhum sócio que faça parte do corpo de bombeiros pode discutir assuntos respeitantes à disciplina do corpo a que pertence.-

ARTIGO DÉCIMO SEXTO: - Os sócios, para que se possam considerar em pleno gozo dos seus direitos, têm de ter pagas e em dia as quotas que lhe digam respeito. -----

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO: - São deveres dos sócios: -----

1) Observar os princípios associativos, respeitar as leis e os estatutos, acatar as decisões dos corpos gerentes e contribuir para o prestígio da Associação; -----

2) Tomar parte nas assembleias gerais e em quaisquer reuniões ou actividades para que tenham sido convocados, expondo e discutindo tudo o que seja de interesse para a Associação; -----

3) Aceitar e exercer gratuitamente, com zelo e assiduidade, os cargos para



Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.

que forem eleitos, salvo caso de força maior ou motivo justificado de escusa; -----

4) Satisfazer pontualmente as quotas; -----

5) Contribuir e defender o património da Associação; -----

6) Não cessar a sua actividade associativa sem prévia comunicação à direcção por carta registada, com antecedência mínima de noventa dias. ---

--- § único. A comunicação referida no número seis está dependente da aceitação da direcção para que possa produzir efeitos. -----

ARTIGO DÉCIMO OITAVO: - Os sócios que violarem grave e culposamente os seus deveres sociais previstos no artigo décimo sétimo poderão ser excluídos, mediante deliberação da assembleia geral, sem prejuízo do disposto no capítulo quarto. -----

----- CAPÍTULO III -----

----- SECÇÃO I -----

----- DOS ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO -----

ARTIGO DÉCIMO NONO: -----

1- São órgãos sociais: -----

a) A assembleia geral; -----

b) A direcção; -----

c) O conselho fiscal. -----

2- Poderão ser criadas pela assembleia geral, na dependência da direcção, comissões especiais de carácter consultivo, sendo a sua composição, funcionamento e duração da responsabilidade daquela. -----

ARTIGO VIGÉSIMO: - A duração dos mandatos da mesa da assembleia geral, da direcção e do conselho fiscal é de três anos, sendo permitida a reeleição.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO: - -----

1- Os membros titulares da mesa da assembleia geral, da direcção e do conselho fiscal são eleitos por maioria simples de votos, entre os sócios em pleno gozo dos seus direitos e por escrutínio secreto, de entre as listas que satisfaçam os seguintes requisitos: -----

a) Sejam remetidos ao presidente da mesa da assembleia geral com antecedência mínima de quinze dias em relação à data designada para a assembleia geral; -----

b) Sejam subscritas por um mínimo de vinte membros no pleno gozo dos seus direitos. -----

2- As listas poderão indicar a distribuição de cargos a titulares dos órgãos sociais. -----

3- A direcção é obrigada a apresentar uma lista, no caso de o presidente da assembleia geral ou de quem o substituir não lhe comunicar, até dez dias antes das eleições, a existência de, pelo menos, uma lista. -----

----- SECÇÃO II -----

----- DA ASSEMBLEIA GERAL -----

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO: -----

1) A assembleia geral é o órgão supremo da Associação e as suas deliberações, tomadas nos termos legais e estatutários, são obrigatórias para os restantes órgãos sociais e para todos os membros da Associação. -----

2- Participam na assembleia geral todos os sócios efectivos, no pleno gozo dos seus direitos. -----

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO: -----

1- A assembleia geral reúne em sessões ordinárias e extraordinárias.-----

Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.



Fls.5

A

2- A assembleia geral ordinária reunirá, obrigatoriamente, duas vezes em cada ano: uma até trinta e um de Janeiro, para apreciação e votação do relatório, do balanço e contas, bem como do parecer do conselho fiscal e eleição dos corpos sociais, quando seja caso disso, outra até trinta de Novembro, para apreciação e votação do orçamento e plano de actividades para o exercício seguinte. -----

3- A assembleia geral extraordinária reunirá quando convocada pelo presidente da mesa da assembleia ou a pedido da direcção ou do conselho fiscal ou de, pelo menos, vinte sócios efectivos no pleno gozo dos seus direitos.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO - As assembleias gerais serão convocadas por meio de edital a afixar na sede e noutros lugares de estilo, com antecedência mínima de oito dias ou por aviso publicado num dos jornais mais lidos na localidade e com antecedência mínima de oito dias, indicando-se dia, hora e local da reunião e respectiva ordem de trabalhos. -----

--- § único. As assembleias gerais funcionarão desde que à hora designada esteja presente a maiorai, digo, a maioria absoluta de sócios e, na falta dessa maioria e desde que da convocatória assim conste, funcionarão uma hora depois, com qualquer número de sócios. -----

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO: -----

1- Nas assembleias gerais ordinárias poderão ser discutidos quaisquer assuntos que estejam dentro das suas atribuições e competência. -----

2- Nas assembleias gerais extraordinárias só poderão ser discutidos os assuntos para que tenham sido expressamente convocadas. -----

--- § 1º.- As resoluções serão tomadas por maioria relativa ou por maioria absoluta, nos casos expressamente previstos nestes estatutos e ao presi-

dente da mesa cabe sempre voto de qualidade em caso de empate. -----

--- § 2º.- Salvo nos casos expressos nestes estatutos, a votação será nominal, a não ser que a maioria relativa dos sócios presentes aprove outra forma de votação. -----

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO: - -----

1- A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e dois secretários. -----

2- Ao presidente compete convocar as assembleias gerais, presidir à mesa e dirigir os trabalhos, assinar, conjuntamente com os secretários, as actas das assembleias gerais a que presidir, rubricar os respectivos livros, assinando os respectivos termos de abertura e encerramento e empossar nos respectivos cargos os sócios eleitos. -----

3- O vice-presidente substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos e assume a presidência, quando a falta do presidente for de carácter permanente. -----

4- Aos secretários compete coadjuvar o presidente na orientação dos trabalhos, executar as tarefas que lhe forem distribuídas pelo presidente e elaborar e assinar as actas das reuniões. -----

5- Na vacatura dos lugares de presidente e vice-presidente, o presidente da direcção ou quem o substitua convocará uma assembleia geral extraordinária para a eleição daqueles cargos. -----

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO : - Na falta de mais de um membro da mesa, a assembleia geral designará, de entre os sócios efectivos os que forem necessários para a completar ou constituir, sendo os trabalhos por eles dirigidos e com as mesmas atribuições. -----

Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.



ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO: - É admitido o voto por correspondência sob a condição de o seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da ordem de trabalhos e de a assinatura do sócio ser reconhecida nos termos legais. -----

ARTIGO VIGÉSIMO NONO: - Excepto no acto eleitoral, é admitido o voto por representação, devendo o mandato constar de documento escrito, dirigido ao presidente da mesa da assembleia geral e com assinatura do mandante reconhecida nos termos legais, não podendo cada sócio representar mais que três outros sócios. -----

----- SECÇÃO III -----

----- DA DIRECÇÃO -----

ARTIGO TRIGÉSIMO: - A direcção administra e representa, para todos os efeitos legais, a Associação e compete-lhe, designadamente: -----

- 1- Cumprir e fazer cumprir os estatutos, regulamentos e quaisquer deliberações da assembleia geral; -----
- 2- Elaborar anualmente e submeter ao parecer do conselho fiscal e à apreciação e aprovação da assembleia geral, o relatório, balanço e contas do exercício, bem como o plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte: -----
- 3- Promover e fazer cumprir o plano de actividades anual; -----
- 4- Atender às solicitações do conselho fiscal nas matérias da competência deste; -----
- 5- Deliberar sobre a admissão de novos sócios e sobre a apreciação de sanções previstas na lei e nestes estatutos, dentro dos limites da sua competência; -----

- 6- Elaborar os regulamentos necessários ao bom funcionamento da Associação, os quais serão submetidos à aprovação da assembleia geral; -----
- 7- Contratar e gerir o pessoal necessário à actividade da Associação; ----
- 8- Representar a Associação em juízo ou fora dele; -----
- 9- Assegurar a escrituração dos livros, nos termos legais; -----
- 10- Propôr a nomeação de sócios honorários e beneméritos; -----
- 11- Promover as actividades culturais, recreativas e desportivas da Associação, fixando as condições da admissão de convidados e assistência às mesmas; -----
- 12- Adquirir, construir e alienar imóveis quando autorizada pela assembleia geral; -----
- 13- Adquirir veículos, utensílios, móveis, livros e tudo o mais que se tornar necessário ao corpo de bombeiros ou a qualquer das actividades da Associação; -----
- 14- Usar das atribuições que legalmente lhe forem conferidas; -----
- 15- Deliberar, como julgar mais conveniente para os interesses da Associação, em todos os casos omissos nos estatutos e na lei ou regulamentos.----

--- § único. O regulamento do corpo de bombeiros obedecerá às normas legais aplicáveis e será submetido à aprovação da entidade competente. ----

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO: -----

- 1- A direcção é composta por sete membros: presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários, tesoureiro e dois vogais. -----
- 2- A distribuição dos cargos da direcção será feita na primeira reunião quando o não for pela assembleia geral, na qual será sempre designado quem ocupará o lugar de presidente. -----

Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.



Fls. 7

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO: - A direcção não poderá funcionar com menos de quatro elementos, devendo proceder-se à eleição para os lugares vagos logo que, esgotada a lista dos suplentes, o seu número seja inferior ao indicado. -----

--- § 1º. Faltando o presidente, assumirá o seu lugar o vice-presidente e, na sua falta, os restantes elementos nomearão um que assuma o lugar de presidente. -----

--- § 2º. A eleição referida no corpo do artigo será feita em assembleia geral, convocada para o efeito pelo presidente da mesa. -----

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO: - A direcção reunirá pelo menos, uma vez por mês e as suas deliberações só terão validade quando tomadas por maioria absoluta de votos. -----

--- § único. De cada sessão da direcção será lavrada acta onde se indicará o nome dos directores presentes e as deliberações tomadas, devendo as actas ser assinadas pelos referidos directores. -----

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO: - A direcção pode delegar no presidente ou em outro dos seus membros os poderes de representação previstos no número oito do artigo trigésimo. -----

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO: -----

1- Para obrigar a Associação são necessárias e suficientes duas assinaturas dos membros que a direcção designar. -----

2- Em actos de mero expediente basta a assinatura de um membro da direcção

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO: - A direcção é solidariamente responsável pelos actos da sua administração. -----

--- § único. Só serão excluídos os membros que fizerem expressa declaraçã

ção de voto na respectiva acta. -----

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO: - Os membros da direcção serão civil e criminalmente responsáveis, sem prejuízo de outras sanções, sempre que: -----

- 1) Pratiquem, em nome da Associação, actos estranhos ao seu objecto ou aos interesses desta ou permitam a prática de tais actos; -----
- 2) Paguem ou mandem pagar importâncias não devidas pela Associação. -----
- 3) Deixem de cobrar créditos que, por isso, hajam prescrito; -----
- 4) Usem o respectivo mandato, com ou sem utilização de bens ou créditos da Associação, em benefício próprio ou de outras pessoas singulares ou colectivas. -----

ARTIGO TRIGÉSIMO OITAVO: - Ao presidente compete-lhe, em especial, orientar a acção da direcção, dirigir os seus trabalhos, convocar as reuniões, assinar e rubricar os livros das actas, bem como quaisquer outros documentos referentes à actividade da Associação. -----

--- § único. Aos restantes elementos serão distribuídos as respectivas competências em reunião, as quais ficarão a constar da acta. -----

ARTIGO TRIGÉSIMO NONO: - Compete especialmente: -----

- 1) Ao vice-presidente, auxiliar o presidente e substituí-lo nas suas faltas e impedimentos. -----
- 2) Ao primeiro secretário, organizar o serviço de secretaria, elaborar as actas e preparar o expediente. -----
- 3) Ao segundo secretário, auxiliar o primeiro secretário no exercício das suas funções, organizar e manter os registos e ficheiros relativos a sócios e organizar os papéis entrados na secretaria. -----
- 4) Ao tesoureiro, arrecadar as receitas, satisfazer as despesas autoriza-

Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.



[Handwritten signature]

das, assinar recibos de quaisquer receitas, fiscalizar a sua cobrança e depósito em estabelecimentos bancários e manter actualizado o inventário do património da Associação. -----

5) Os vogais colaboram em todos os serviços relativos à administração. ---

----- SECÇÃO IV -----

----- DO CONSELHO FISCAL -----

ARTIGO QUADRAGÉSIMO: - O conselho fiscal, que é órgão de controle e fiscalização da Associação, inspecciona e verifica todos os actos administrativos da direcção e vela pelo exacto cumprimento dos estatutos e regulamentos da Associação, competindo-lhe especialmente: -----

1) Examinar a escrita sempre que o julgue conveniente e toda a documentação da Associação; -----

2) Verificar, quando julgar necessário, o saldo da caixa e a existência de valores de qualquer espécie, conferir as despesas e legalidade dos pagamentos efectuados; -----

3) Emitir parecer sobre o relatório, balanço e as contas de exercício, o plano das actividades e o orçamento para o ano seguinte; -----

4) Dar parecer à Direcção sobre qualquer assunto que lhe seja solicitado e no prazo de oito dias; -----

5) Verificar o cumprimento da lei e dos estatutos; -----

6) Assistir a reuniões da direcção, sempre que o julgue conveniente; ---

7) Pedir a convocação de assembleias gerais extraordinárias; -----

8) Relatar os recursos para a assembleia geral. -----

ARTIGO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO: - -----

1- O conselho fiscal é constituído por três membros: presidente, vice-

- presidente e secretário. -----

2- O conselho fiscal não poderá funcionar com menos de dois membros. ----

--- § único. O disposto no parágrafo único do artigo trigésimo primeiro e no artigo trigésimo segundo aplica-se, com as devidas adaptações, ao conselho fiscal. -----

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO: -----

1- Ao presidente do conselho fiscal compete convocar as reuniões sempre que o entender conveniente. -----

2- O conselho fiscal reúne em sessões ordinárias e extraordinárias. ----

3- As reuniões ordinárias terão, pelo menos, periodicidade trimestral.---

4- Os membros suplentes do conselho fiscal podem assistir às reuniões do mesmo. -----

5- O conselho fiscal reunirá extraordinariamente sempre que o presidente o convoque ou a pedido, digo a pedido da maioria dos seus membros efectivos.

6) Será lavrada acta de cada reunião do conselho fiscal na qual se indicarão os nomes dos presentes que assinarão a acta e as deliberações tomadas. -----

----- CAPÍTULO IV -----

----- DOS FUNDOS DA ASSOCIAÇÃO -----

ARTIGO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO: - São receitas da Associação: -----

1) Resultados da sua actividade; -----

2) Rendimentos dos seus bens; -----

3) Jóias e quotas pagas pelos associados; -----

4) Donativos e subsídios não reembolsáveis; -----

5) Quaisquer outras não impedidas por lei nem contrárias aos presentes

Nos termos da Lei não
é permitido aumentar o
número de linhas deste
papel ou escrever nas
suas margens.



Fls.9



estatutos. -----

----- CAPÍTULO V -----

----- DAS SANÇÕES E RECOMPENSAS -----

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUARTO: - Os sócios que infringirem os estatutos ou regulamentos não acatarem as deliberações dos corpos gerentes, ofenderem algum dos seus membros no exercício ou por causa do exercício das funções, ofenderem na sede, qualquer membro dos corpos gerentes ou qualquer sócio, não pagarem pontualmente as quotas ou praticarem actos manifestamente reprováveis, estão sujeitos à aplicação das seguintes sanções: -----

- 1) Advertência simples ou registada; -----
- 2) Multa de quinhentos a cinco mil escudos; -----
- 3) Suspensão até sessenta dias; -----
- 4) Exclusão de associado. -----

ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUINTO: - A aplicação das penas referidas no artigo anterior é da competência da direcção, podendo ser aplicadas por proposta, devidamente fundamentada, de qualquer membro da direcção ou do conselho fiscal. -----

--- §1º. A direcção terá de averiguar a veracidade dos factos, colhendo todos os elementos de prova e a decisão terá de ser fundamentada com menção dos factos provados. -----

--- § 2º. Das decisões da direcção cabe sempre recurso para a assembleia geral que decidirá em última instância, suspendendo-se a execução da decisão tomada pela direcção até que a assembleia geral se pronuncie definitivamente. -----

--- § 3º. O recurso terá de ser interposto em requerimento dirigido ao

presidente da direcção e no prazo de oito dias, a contar da data em que o interessado teve conhecimento da decisão, correndo tal prazo ininterruptamente. -----

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEXTO: - Os sócios suspensos apenas não podem frequentar as instalações da Associação, mantendo todos os demais direitos e deveres previstos nos presentes estatutos, digo, presentes estatutos. -----

ARTIGO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO: - O sócio que deixar de pagar três quotas seguidas e se, depois de avisado, as não pagar no prazo de quinze dias incorre na pena de ser excluído da Associação. -----

ARTIGO QUADRAGÉSIMO OITAVO: - Para apreciação do recurso, o presidente da direcção convocará uma assembleia geral extraordinária, no prazo de trinta dias a contar da admissão do recurso interposto, salvo se, dentro desse prazo estiver já convocada qualquer assembleia geral que, nesta hipótese, terá de se pronunciar sobre os recursos pendentes, independentemente ou não de constar, independentemente de constar ou não da convocatória a sua apreciação. -----

ARTIGO QUADRAGÉSIMO NONO: - As pessoas singulares ou colectivas que prestarem à Associação serviços de comprovada relevância terão direito às seguintes distinções: -----

- 1) Louvor concedido pela direcção; -----
- 2) Louvor concedido pela assembleia geral; -----
- 3) Classificação como sócio benemérito ou honorário. -----

----- CAPÍTULO VI -----

----- DA READMISSÃO DE SÓCIOS -----

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO: - Todos os sócios excluídos podem ser readmitidos

Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.



Fls. 10

nos seguintes termos: -----

- 1) O sócio que tenha pedido a sua exclusão poderá readquirir a qualidade de sócio mediante o pagamento de jóia, como se tratasse de nove sócio;----
- 2) O sócio excluído por falta de pagamento de quotas só poderá ser readmitido desde que pague as quotas em dívida e nova jóia; -----
- 3) O sócio excluído por qualquer outro motivo só poderá ser readmitido por deliberação da assembleia geral, tomada por maioria qualificada, sendo o sócio readmitido obrigado a pagar todas as quotas referentes ao período durante o qual esteve expulso. -----

----- CAPÍTULO VII -----

----- DA DISSOLUÇÃO E PARTILHA -----

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO PRIMEIRO: - A Associação só se dissolve por: -----

- 1) Esgotamento do seu objecto ou impossibilidade insuperável da sua prossecução, nomeadamente por esgotamento absoluto de recursos financeiros, com recusa dos sócios ao pagamento de quotas extraordinárias; -----
- 2) Decisão judicial transitada em julgado que declare a Associação impossibilitada de cumprir as suas obrigações; -----
- 3) Por deliberação da assembleia geral, aprovada por um número não inferior a três quartas partes da totalidade dos sócios existentes. -----

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO: - A dissolução da Associação implica a nomeação de uma comissão liquidatária, encarregada da liquidação do património da Associação, e que actuará sob a fiscalização da autoridade administrativa. -----

--- § único. No caso de dissolução voluntária, a assembleia geral que deliberar a dissolução deve eleger a comissão liquidatária e fixar o prazo

dentro do qual deve proceder à liquidação. -----

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO: - Pago o passivo, o remanescente será confiado à autoridade administrativa até que se constitua no concelho nova Associação com fins semelhantes. -----

--- § único. Na hipótese de existir no concelho outra associação com, di-
objecto, digo, com objecto semelhante, tal remanescente reverterá, total-
mente, para essa associação. -----

----- CAPÍTULO VIII -----

----- DISPOSIÇÕES FINAIS -----

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO QUARTO: - A direcção poderá reunir em sessão perma-
nente sempre que os interesses da Associação assim o exijam. -----

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO QUINTO: - São expressamente proibidos nas instalações
da Associação: -----

- 1) Manifestações de carácter político ou religioso; -----
- 2) Jogos de fortuna ou de azar. -----

--- § único. Só poderão ser explorados jogos nas instalações da Associa-
ção por deliberação da assembleia geral, expressamente convocada para esse
fim e aprovada por maioria absoluta dos sócios presentes. -----

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SEXTO: -----

1- É expressamente proibido a qualquer membro dos órgãos gerentes da As-
sociação participar em concursos de empreitadas, aquisições ou quaisquer
fornecimentos, seja a que título for, e que respeitem à Associação. -----

2- Tal proibição é extensiva a sociedades ou outras pessoas colectivas de
que tal membro seja sócio ou associado. -----

--- § 1º. A proibição constante do corpo deste artigo pode ser retirada

Nos termos da Lei não é permitido aumentar o número de linhas deste papel ou escrever nas suas margens.



, desde que em reunião conjunta de todos os elementos dos órgãos gerentes e mediante deliberação aprovada por maioria absoluta, se reconheça que é de interesse para a Associação, caso por caso, excluir tal proibição e em assuntos cujo valor económico não ultrapasse os cinquenta mil escudos. -----

--- §2º. Quando o valor exceda este montante, a proibição só poderá ser retirada por deliberação da assembleia geral. -----

--- § 3º. Em qualquer caso, o membro dos órgãos gerentes interessado na adjudicação, venda ou fornecimentos não poderá votar nem intervir na reunião dos corpos gerentes nem na da assembleia geral sobre o assunto em discussão não podendo, igualmente, assistir à reunião dos corpos gerentes em e enquanto o assunto seja discutido. -----

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO: - Os presentes estatutos só poderão ser alterados em assembleia geral, expressamente convocada para esse fim, e mediante aprovação por maioria de três quartas partes dos sócios gerentes. --

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO OITAVO: - Às reuniões da direcção deve estar presente o comandante do corpo activo dos bombeiros, presença essa que é obrigatória sempre que estejam em discussão assuntos de comprovado interesse para esse corpo. -----

--- § único. Na impossibilidade do comandante deverá estar presente o segundo comandante. -----

ARTIGO QUINQUAGÉSIMO NONO: - Os sócios, enquanto menores, não poderão votar, nem ser votados, nem participar em quaisquer dos outros actos referidos nos números um, dois e cinco do artigo décimo segundo, nem subscrever qualquer lista para eleição de órgãos gerentes ou para convocação de as-

CONTA:

Artº 17º, nº 1	150\$00
x " , nº 2	1100\$00
Emolumentos ..	1250\$00
Papel selado	660\$00
selo	50\$00
TOTAL	1960\$00

São mil novecentos e sessenta escudos.
 Registada sob o nº 158

sembleias gerais, não podendo estar presentes nestas mesmas assembleias
 gerais. -----

--- § único. Os impedimentos constantes do corpo deste artigo cessam, to-
 talmente, no dia em que o sócio atingir dezoito anos de idade. -----

ARTIGO SEXAGÉSIMO: - A associação reger-se-à pelos presentes estatutos e,
 nos casos omissos, pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente pelo
 disposto nos artigos cento sessenta e sete e seguintes do Código Civil.--

(Assinaturas): António José Falé Canoa. -----

----- José Augusto Franco Carreiras. -----

----- António Joaquim Morais Medalhas. -----

----- Joaquim António Martins Duarte. -----

----- Silvestre João Parreiras Catapirra. -----

A Notária interina, (a) Maria Natércia Martins Costa. -----

--- ESTÁ CONFORME COM OS ORIGINAIS, O QUE CERTIFICO. -----

CARTÓRIO NOTARIAL DE ARRONCHES, treze de Março de mil novecentos e oitenta
 e seis. -----

Rasurado: "relevantes", "actas"; Emendado: "Canoa", "Identificação",
 "cultgral", "quotas", "no", "requisitos", "existência", "mesa", "caracter"
 "eleitoral", "lei", "pronuncia", "qñotas", "obrigações", "liquidação".

O AJUDANTE,

António José Falé Canoa

